



**REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
GOVERNO DA CIDADE DE MAPUTO
GABINETE DO GOVERNADOR**

**DISCURSO DE SUA EXCELÊNCIA GOVERNADORA DA CIDADE DE
MAPUTO POR OCASIÃO DA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DO FÓRUM
DE CONSULTA E CONCERTAÇÃO SOCIAL (FOCCOS)**

Maputo, 21 de Setembro de 2017

Senhora Vereadora do Distrito Municipal KaMpfumu;

Senhor Director do Trabalho, Emprego e Segurança Social da Cidade de Maputo – Vice-Presidente deste Fórum;

Senhores Membros do Governo da Cidade de Maputo,

Senhores Representantes dos Empregadores,

Senhores Representantes dos Trabalhadores,

Distintos convidados,

Minhas Senhoras!

Meus Senhores!

Permita – me que em nome do Governo da Cidade e em meu nome próprio saúde a todos participantes a II Sessão provincial de consulta e concertação social ao nível da Cidade de Maputo.

Permitam – me ainda que enderece uma saudação especial a todos vós pelo facto de terem se dignado aceitar o convite que formulamos para que pudéssemos hoje, realizar a nossa II Sessão de ordinária do Fórum de Consulta e Concertação Social (**FOCCOS**), cujos temas agendados

apresentam-se candentes e actuais, não apenas na nossa cidade capital, como também do país em geral.

A todos vós vai o nosso sincero agradecimento pela disponibilidade e presença neste evento de suma importância para a promoção do diálogo social tripartido ao nível dos órgãos locais do Estado.

Minhas Senhoras!

Meus Senhores!

Na qualidade de Governo sentimo – nos honrados com a presença neste fórum dos empregadores, as organizações sindicais e da sociedade civil, com o único objectivo de debater, entre outros, assuntos sócio - económicos e laborais da nossa cidade, visando melhores propostas para a sua solução.

Foi nesse contexto que propusemos a abordagem, nesta sessão, de temas como:

- **A celeridade na emissão de autorizações de trabalho e de todos processos intermediários;**
- **O estágio das dívidas para com o Sistema Nacional de Segurança Social;**
- **Os despedimentos colectivos de trabalhadores;**

Como podemos depreender, trata-se de temas que afectam, sobremaneira, a situação do trabalhador, do empregador, bem como do próprio Governo e outros sectores da sociedade da nossa cidade. Por isso que saudamos a Subcomissão Técnica do **FOCCOS** pela organização deste evento de extrema importância, do qual estamos cientes de que sairá a grelha consensual de questões que urgem a sua abordagem horizontal, com vista a encontrar soluções.

Os temas propostos deverão, sem dúvida, reflectir no contexto da letra e espírito do Programa Quinquenal do Governo (2015-2019), cuja realização já é uma realidade, segundo evidencia os Balanço do Programa Económico e

Social do Governo da Cidade de Maputo de Janeiro a Junho de 2017.

Os parceiros sociais, nomeadamente os empregadores e os trabalhadores, têm sido parte activa da implementação do PQG, sempre na sua incondicional participação visando o desenvolvimento integral da nossa cidade e não só. Essa participação inclui a promoção do diálogo social e do emprego, assim como a participação activa na produção de políticas sócio-laborais e económicas viradas para o bom ambiente de negócios, pressupostos essenciais para a criação de mais empregos.

Só no primeiro Semestre deste ano, a Cidade de Maputo empregou **20 mil candidatos**, maioritariamente jovens, ou seja, acima dos mais de 14 mil previstos na meta semestral, sendo que o sector privado foi o que mais vagas disponibilizou. Outros **8.343** cidadãos beneficiaram de acções de formação profissional, visando o emprego e auto-emprego, em diferentes especialidades.

Minhas Senhoras!

Meus Senhores!

A busca conjunta de soluções entre o Governo e os parceiros sociais é mais vasta, que vai até à promoção da paz e justiça sócio – laboral. Foi nesse âmbito que alguns diferendos laborais não desaguaram em conflitos laborais ou greves, visto que as partes desavindas recorreram ao diálogo para encontrar soluções locais e amistosas.

Durante o período em alusão, a título de exemplo, **896** processos envolvendo litígios laborais terminaram com acordos bilaterais e não precisaram de recorrer à greve ou aos tribunais, após acções de diálogo entre as partes.

No total, o Centro de Mediação e Arbitragem Laboral da Cidade de Maputo (CEMAL) recebeu **1.082** pedidos para intervir, feitos por empregadores e trabalhadores, dos quais foram mediados **1.080** processos, representando cerca de **99,8%** de resposta positiva.

Não obstante a conjuntura económica ainda não corresponder aos ritmos que eram de desejar, os resultados que têm sido alcançados são positivos e encorajadores. Razão pela qual, assumimos que a realização desta Sessão apresenta-se pertinente para a avaliação dos passos que estamos a dar, em conjunto, sempre na perspectiva de melhorar as condições de vida da população da nossa cidade, apostando no aumento do emprego, produtividade e a competitividade.

Este é um espaço de diálogo de grande significado, porque o nosso Governo, juntamente com o sector privado e os sindicatos sentam-se à mesma mesa para encontrar ideias comuns e consensuais que levem a um fim benéfico para a nossa cidade.

Caros participantes e convidados:

É importante recordar que o quadro jurídico-constitucional para o exercício da democracia no nosso País constitui o fundamento para a institucionalização do diálogo e das

consultas entre o Governo, as Organizações dos Empregadores e dos Trabalhadores.

Nessa perspectiva, o diálogo social constitui não só um meio de progresso social, como também um objectivo que permite as partes expressar e defender os seus interesses na sociedade e, particularmente, no mundo de trabalho, procurando sempre pontos de convergência e consensos no interesse comum.

Foi com base neste entendimento que o Conselho de Ministros, através do decreto nº 7/94 de 9 de Março, criou a Comissão Consultiva do Trabalho (CCT), órgão tripartido de diálogo e consulta entre o Governo, as Organizações dos Empregadores e dos Trabalhadores, com o objectivo essencial de promover o diálogo social e a concertação social, no âmbito das políticas económicas e sociais.

É inequívoco o papel fundamental deste modelo de busca de soluções na promoção dum clima de estabilidade nas relações laborais e na paz social que hoje se vive na nossa

Cidade, em particular, e no País, em geral, mercê do diálogo e concertação social tripartido permanente entre as partes.

O quadro jurídico-laboral do país tem, em termos de contribuição e propostas, a marca histórica deste órgão tripartido, em que os FOCCOS são o seu braço representativo a nível provincial e local. O diálogo social tripartido impõe a necessidade da sua extensão ao nível local.

Os Fóruns Provinciais são um espaço por excelência, onde os parceiros sociais e outros intervenientes ao nível local concertam ideias e pontos de vista sobre diversos assuntos sócio - económicos em busca de consensos ou concertação de posições entre as partes, contribuindo assim para a estabilidade e paz social, em prol de um bom ambiente de negócio.

A terminar, exortamos aos distintos membros do FOCCOS para que busquem e partilhem, profundamente, o conhecimento e a experiência que detém sobre os temas

propostos para a presente sessão, através dos debates que aqui vão acontecer, com a participação activa de todos, de forma a encontrarmos uma solução possível e satisfatória para a cidade de Maputo.

Gostaríamos ainda fazer o uso deste espaço para agradecer a todos parceiros de cooperação em especial a ISCOS que prestou o seu precioso apoio que nos ajudou a tornar possível a realização desta II Sessão da FOCOS.

Com estas palavras, declaro aberta a II Sessão do Fórum de Consulta e Concertação Social (**FOCCOS**) da Cidade de Maputo.

Muito obrigada.